

A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes

João Quartim de Moraes
São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005, 238p.

AUGUSTO BUONICORE*

Há 15 anos veio à luz a primeira edição de *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. Imediatamente um sentimento de desconforto tomou conta de uma parte de nossa esquerda intelectual. Afinal, havíamos saído de uma ditadura militar que havia durado vinte anos. Teria, ainda, sentido falar de uma “esquerda militar” no país? Isso não seria cair nas velhas ilusões da “esquerda populista” do pré-1964? Gato esquentado sempre terá medo de água fria.

O impacto do golpe militar e os anos de arbítrio que se seguiram apagaram da memória social o fato de que existiram, no seio das Forças Armadas, setores progressistas que fizeram suas às causas nacionais, democráticas e populares. Ou seja, esqueceram que, durante mais de um século, existiu uma ativa - e prestigiada - “esquerda militar” no Brasil. Foi, justamente, esta lacuna da história da esquerda brasileira que João Quartim de Moraes procurou preencher.

* Doutorando pela Unicamp.

O projeto inicial era vasto e deveria se traduzir numa obra de três volumes – dos quais apenas dois foram publicados. O primeiro, que o público têm agora reeditado pela Expressão Popular, aborda o período que vai da conspiração republicana até a Coluna Prestes; o segundo trata do período entre a Coluna e o Levante da Aliança Nacional Libertadora. O último – ainda não publicado – tratará da fase que se iniciou com a participação brasileira na Guerra Civil espanhola e que se concluiu com o golpe militar de 1964.

No primeiro volume, do qual trata essa resenha, o autor foi procurar no Império escravista as origens de um pensamento anti-oligárquico no interior das Forças Armadas. Durante todo este período houve um verdadeiro braço de ferro entre o governo central, apoiado pelas oligarquias regionais, e o Exército. Um ano após a derrubada de D. Pedro I, por exemplo, os efetivos das forças de terra foram reduzidos em mais de cinquenta por cento. As despesas do Ministério da Guerra que chegou a 37% despencou para 20% dos gastos totais do governo. Estes eram sinais, mais do que evidentes, da desconfiança das oligarquias em relação ao Exército que se formava.

Um Exército nacional, segundo Quartim de Moraes, não era funcional às classes dominantes do período. Para elas “só uma força armada política e organicamente descentralizada constituiria num instrumento de hegemonia subordinado ao poder local dos grandes plantadores escravocratas”. Por isso eles

não perderam tempo em constituir um instrumento mais confiável: a Guarda Nacional. Da nova instituição militar somente poderiam participar os homens com direito ao voto – ou seja, os proprietários. Por outro lado, as tropas do Exército eram recrutadas entre “os elementos oriundos das camadas mais pobres da população, que não dispunham de renda para integrar o corpo eleitoral, nem, por conseguinte, da milícia latifundiária”.

Quartim faz um interessante esquema da divisão das forças políticas nos estertores do Império. Escreveu ele: “três principais contradições políticas que caracterizaram a crise de legitimidade do Império e a gênese conturbada da República (escravocrata x abolicionista, monarquistas x republicanos; centralistas x federalistas), a posição de direita era escravocrata, monarquista e centralista; a posição de centro, abolicionista, republicana e federalista; a posição de esquerda, abolicionista, republicana e centralista”.

Ao longo da década de 1880 o Exército se transformou num fator desestabilizador da ordem escravista e monárquica. Um marco desse processo foi a exigência feita pelo Clube Militar, presidido pelo Marechal Deodoro da Fonseca, para que o Exército não fosse usado para capturar escravos fugitivos. Este histórico documento, elaborado no final de 1887, selou definitivamente a sorte da escravatura.

Acontecimentos como este fizeram com que surgissem boatos sobre a

pretensão governamental de extinguir o Exército. Em meio à crise, setores militares passaram a conspirar ao lado dos líderes civis do movimento republicano. Assim, os jovens oficiais – inspirados pelo positivismo – tiveram papel decisivo na Proclamação da República e na formatação que esta adquiriu nos seus primeiros anos.

Esse novo quadro político, que se formou imediatamente após a proclamação, não podia agradar os republicanos históricos, representantes políticos das classes economicamente dominantes: a oligarquia cafeeira paulista. A desconfiança mútua entre as oligarquias e o Exército não se arrefeceu. Pelo contrário, a República recolocou em um novo patamar o conflito entre centralistas e federalistas.

Os primeiros grandes combates se deram durante a própria elaboração da nova constituição. Esta manteve a Guarda Nacional e tentou-se, novamente, negar ao Exército um caráter de instituição permanente. Neste ponto os federalistas oligárquicos foram derrotados e na Constituição ficou estampado que as “forças de terra e de mar” seriam “instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”. Assim o Exército republicano passava a ser uma instituição nacional, permanente e, também, castrense.

Foi o governo do Marechal Floriano Peixoto que, segundo Quartim, estabeleceu o embrião do que poderíamos chamar de “plataforma histórica da esquerda

nacionalista”. E seria este um dos motivos para que “ultra-federalistas” e monarquistas colocassem o país num estado permanente de insurgência. A Revolução Federalista e a Revolta da Armada foram os marcos dessa tentativa reacionária de desestabilizar o novo regime.

Apesar do prestígio do Marechal de Ferro, não havia nenhuma força que pudesse se contrapor às oligarquias agrárias. Se Floriano tentasse romper com a legalidade republicana recém-instaurada acabaria se tornando, nas palavras de Quartim, “um ‘ditador jacobino’ sitiado no Rio de Janeiro por uma formidável coligação reunindo os interesses latifundiários de um extremo ao outro do país, que cedo ou tarde o derrubaria do poder”.

Dois fatores, segundo o autor, impossibilitariam a realização de uma ‘revolução jacobina’ no país. O primeiro era a inexistência de “milhões de camponeses maciçamente mobilizados para suprimir os privilégios feudais e ocupar as terras” e o segundo era o “frágil peso específico das camadas populares urbanas”. Isso “não somente tornava inviável a perspectiva de uma ‘República jacobina’ no Brasil, mas também esvaíava de qualquer conteúdo democrático a retórica liberal das oligarquias republicanas”.

O “jacobinismo” brasileiro teve uma existência curta, mas “configurou a primeira versão, em nossa história política, de um partido de esquerda”. O seu ideário “comportava alguns dos temas essenciais do que seria o ‘programa histórico’ da esquerda brasileira ao

longo do século 20: defesa intransigente da soberania nacional, proteção de nossa indústria, Estado laico e identificação da causa republicana à causa patriótica e popular”.

A última grande expressão da “esquerda militar”, tratada pelo autor neste primeiro volume, foi o “movimento tenentista”. Segundo ele a “rebelião dos ‘tenentes’ constitui um episódio de rara densidade ético-cívica em nossa história política”.

O primeiro levante, ocorrido em 1922, teve por origem a disputa eleitoral entre Arthur Bernardes, candidato da oligarquia paulista, e o opositor Nilo Peçanha, apoiado pelo Clube Militar. A vitória eleitoral de Bernardes – sustentada pela fraude – levou a que parte da oficialidade estabelecesse a convicção “de que, na impossibilidade de promover qualquer mudança política através de um jogo eleitoral em que todas as cartas estavam marcadas, impunha-se o caminho do levante armado”. O levante armado no Forte de Copacabana foi uma das conseqüências dessa convicção revolucionária. Dois anos mais tarde os “tenentes” tentaram um levante armado na capital paulista.

Quartim contesta vivamente a tese de que as concepções que nortearam o movimento tenentista eram “elitistas excludentes”. Esta conclusão é, no fundamental, falsa. Pelo menos na experiência paulista, “houve amplo recrutamento de voluntários”. Os operários, continua ele, “que se alistaram nas fileiras rebeldes compreenderam o caráter democrático da re-

belião militar”. Por outro lado, os tenentes, também, “não se propunham desempenhar o papel de vanguarda da classe operária, nem do de patronos de uma organização militar proletária”.

Para Quartim, “apesar de evidentes diferenças de formação intelectual, de formulação doutrinária, de forma de atuação e de perspectiva programática” existiria uma “clara continuidade da inspiração moral e política dos jovens oficiais abolicionistas e republicanos que derrubaram o Império em 1889, dos ‘tenentes’ da década de 1920 e dos militares antiimperialistas da década de 1950”. Porém esta continuidade havia se rompido “com os amplos expurgos que os golpistas vitoriosos em 1964 promoveram nos quadros das Forças Armadas”.

Assim, a ausência de uma esquerda militar na atualidade não se constituiria numa “fatalidade inexorável, mas o resultado (...) da grande derrota sofrida pelas forças democráticas e antiimperialistas em nosso país em 1964”. Um quadro que poderá ainda ser superado se a esquerda romper com o “internacionalismo vazio” e o “pacifismo de avestruz” e romper com o seu preconceito ao princípio da “defesa nacional”. A esquerda assumindo decididamente em suas mãos as bandeiras nacionais – antiimperialistas – ajudaria a constituir uma corrente do pensamento militar “socialmente mais generosa e politicamente mais avançada”. Levaria à construção de um consenso em torno do verdadeiro nacionalismo que “não pode dissociar nação e povo”.